

Concurso Público para provimento dos cargos efetivos do quadro de pessoal do Município de Minaçu/GO

PROCURADOR

CADERNO DE QUESTÕES 30/08/2026

DISCIPLINA	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 15
Realidade étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e econômica do Estado de Goiás e do Município de Minaçu	16 a 20
Conhecimentos Específicos	21 a 50
Prova Discursiva	-

SOMENTE ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

Atenção: Transcreva no espaço designado do seu CARTÃO-RESPOSTA, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

A coragem está um passo à frente do medo.

1. Quando for autorizado abrir o caderno de questões, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro exemplar ao fiscal de sala.
2. Este caderno é composto por questões de múltipla escolha e prova discursiva. Cada questão de múltipla escolha apresenta 04 (quatro) alternativas de respostas, das quais apenas uma é a correta. A prova discursiva é composta por 1 (uma) questão sobre o conteúdo programático previsto para os conhecimentos específicos do cargo e deverá ser respondida em, no máximo, 90 (noventa) linhas.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro no preenchimento. Ao recebê-lo, confira se seus dados estão impressos corretamente. Se houver erro de impressão, notifique o fiscal de sala.
4. Assinale as respostas no cartão-resposta com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente, preenchendo integralmente apenas um alvéolo por questão. O(A) candidato(a) que marcar o cartão-resposta com rasura ou fizer mais de uma marcação por questão, ainda que legível, ou não preencher o campo de marcação corretamente ou não marcar a questão no cartão-resposta, terá pontuação 0,0 (zero) na questão.

CONCURSO PÚBLICO

LÍNGUA PORTUGUESA

Questões de 01 a 15

Leia o **Texto 1** para responder às questões de **01 a 04**.

Texto 1

A personagem Diana Prince, que em roupas brilhantes se torna a Mulher-Maravilha, foi criada em 1941 pelo psicólogo William Moulton Marston, que já havia compreendido o sucesso do lançamento dos personagens *Batman* e *Superman* anos antes e que, com eles, os jovens conseguiram um meio de comunicação especializado para temas cotidianos. Contrastando com as lentas conquistas feministas da época, o criador viu o meio como um jeito de defender o matriarcado e inspirar meninas a prosseguirem na luta pelos direitos igualitários.

Porém, a construção da personagem feminina não contou apenas com William, um homem branco de classe média, mas também com importantes mulheres ao seu redor. A principal era Sadie Elizabeth Holloway, sua esposa, que estudou na primeira faculdade para mulheres dos EUA, na época em que instituições como Harvard e Oxford aceitavam apenas homens, além de lutar pela igualdade e contra o controle masculino da natalidade.

Na família, outra integrante foi responsável por formar a imagem da heroína, a sobrinha de William, Margaret Sanger, uma enfermeira, sexóloga e escritora que se tornou símbolo do controle de natalidade dos Estados Unidos, chegando a fugir para a Grã-Bretanha por críticas de contrários ao aborto e morando, por um curto período, com Sadie e William.

A terceira figura foi uma jovem chamada Emmeline Pankhurst, que foi um exemplo de personalidade e uma inspiração para as características físicas da super-heroína. William a conheceu em 1911, quando a garota foi impedida de falar em público no *campus* da Universidade de Harvard, onde estudava.

Disponível em: <https://aventurasnahistoria.com.br/noticias/reportagem/as-mulheres-da-vida-real-que-inspiraram-a-criacao-da-mulher-maravilha.phtml>.

Acesso em: 10 maio 2026. [Adaptado].

QUESTÃO 01

Por suas funções comunicativas e características composicionais, predomina no fragmento textual o tipo

- (A) dissertativo-argumentativo com linguagem subjetiva.
- (B) expositivo-informativo com linguagem objetiva.
- (C) descritivo-subjetivo com linguagem conotativa.
- (D) injuntivo-instrutivo com linguagem técnico-científica.

QUESTÃO 02

No texto, o elemento linguístico responsável por introduzir uma informação nova relativa ao tema é

- (A) “eles”.
- (B) “porém”.
- (C) “sobrinha”.
- (D) “onde”.

QUESTÃO 03

No segundo parágrafo, a expressão genérica “importantes mulheres” é um elemento de sequenciação textual com função referencial. Esse mecanismo de coesão é chamado de

- (A) catáfora.
- (B) elipse.
- (C) repetição.
- (D) anáfora.

QUESTÃO 04

Segundo a ortografia oficial da Língua Portuguesa, a justificativa para o emprego do hífen na palavra “Mulher-Maravilha” é:

- (A) junção de dois radicais em que um deles perde o sentido e a forma originais.
- (B) locução adjetiva formada sem elementos de ligação designando um ser fictício.
- (C) união de um prefixo com um radical nominal iniciados com a mesma letra.
- (D) justaposição de dois substantivos que formam uma nova unidade semântica.

RASCUNHO

Leia o **Texto 2** para responder às questões de **05 a 08**.

Texto 2

A figura da “Mulher-Maravilha”, imortalizada na cultura pop como um ícone de força e invencibilidade, transbordou os limites da ficção para se converter em um perigoso mito contemporâneo. Na realidade social, esse arquétipo tem sido utilizado para romantizar a exaustão feminina, validando a sobrecarga daquelas que acumulam as responsabilidades do trabalho remunerado, das tarefas domésticas e do cuidado familiar. Longe de ser um elogio, a exaltação da mulher que “dá conta de tudo” funciona como um mecanismo de dominação que invisibiliza as desigualdades estruturais de gênero e adoece física e mentalmente as mulheres.

O sociólogo Pierre Bourdieu (2012), em sua obra *A dominação masculina*, explica esse fenômeno através do conceito de violência simbólica. A dominação de gênero não se dá apenas pela coerção física, mas pela introjeção de disposições (o *habitus*) que fazem com que os próprios dominados percebam a ordem social como natural e legítima. Quando uma mulher se orgulha de ser uma “guerreira” que dorme poucas horas por noite para dar conta da casa, dos filhos e do trabalho, ela está, muitas vezes, reproduzindo a violência simbólica que a oprime. Em suma, o mito da “Mulher-Maravilha” é uma armadilha retórica. Ao aplaudir a capacidade feminina de suportar o insuportável, a sociedade se exime da responsabilidade de promover a igualdade de gênero. Desconstruir essa romantização é o primeiro passo para reconhecer que o trabalho de cuidado é uma responsabilidade social e coletiva, e não um fardo individual travestido de superpoder. As mulheres não precisam de capas ou títulos de heroínas; precisam de políticas públicas de cuidado, de divisão equitativa do trabalho doméstico e do direito fundamental ao descanso e à saúde.

Disponível em: <https://encenasaudemental.com/comportamento/insight/o-mito-da-mulher-maravilha-a-romantizacao-da-tripla-jornada/>. Acesso em: 10 maio 2026. [Adaptado].

QUESTÃO 05

Considerando seus elementos constitutivos, o objetivo do texto é

- (A) expor um comentário analítico sobre a obra do sociólogo Pierre Bourdieu, a qual aborda conceitos, tais como ‘violência simbólica’.
- (B) fazer uma crítica à mulher que se orgulha por ser rotulada de “guerreira” por dormir pouco para conseguir cumprir as tarefas diárias lhe impostas.
- (C) apresentar argumentos em favor do ponto de vista de que o mito da Mulher-Maravilha é, na verdade, uma armadilha retórica.
- (D) promover ainda mais a figura, já consolidada na cultura pop, da Mulher-Maravilha como um ícone de força e invencibilidade.

QUESTÃO 06

Em “...ela está, muitas vezes, reproduzindo a violência simbólica que a oprime”, a colocação do pronome oblíquo “a”, segundo a Gramática Normativa, é um caso de

- (A) próclise obrigatória.
- (B) ênclise facultativa.
- (C) próclise facultativa.
- (D) ênclise obrigatória.

QUESTÃO 07

Na frase “Ao aplaudir a capacidade feminina de suportar o insuportável, a sociedade se exime da responsabilidade de promover a igualdade de gênero.”, a locução prepositiva “Ao” funciona morfossintaticamente como uma conjunção subordinativa

- (A) temporal.
- (B) consecutiva.
- (C) final.
- (D) comparativa.

QUESTÃO 08

No primeiro parágrafo, a expressão “cultura pop” é classificada morfologicamente como

- (A) locução constituída por dois substantivos.
- (B) locução substantiva constituída por um substantivo e um adjetivo.
- (C) substantivo composto formado por dois substantivos.
- (D) substantivo composto formado por um substantivo e um adjetivo.

Leia o **Texto 3** para responder às questões de **09 a 12**.

Texto 3

Ainda em processo de popularização, o termo mãe solo busca produzir deslocamentos nos sentidos depreciativos do termo "mãe solteira" e denunciar a naturalização da relação entre a maternidade e o estado civil. A palavra denomina todas as mulheres responsáveis integralmente pela criação e educação de uma criança, tanto nas questões financeiras, quanto na dedicação do tempo.

Nesse sentido, mães solo seriam mulheres que exercem a parentalidade de maneira solitária, sem apoio na divisão de tarefas e nos cuidados com as crianças, o que não significa, no entanto, que essa característica de desamparo seja exclusiva das mães fora de um relacionamento: muitas mulheres que têm companheiros/companheiras também exercem a maternidade de maneira solitária, mesmo contando com a presença física de outra pessoa.

De acordo com o Instituto de Geografia e Estatística do Brasil (IBGE), em pesquisa publicada no começo de 2021, as mulheres gastam quase o dobro de tempo em tarefas domésticas e no cuidado com os filhos em relação aos homens.

RODRIGUES, Fernanda Castelano. Mãe solo. *Enciclopédia discursiva da Covid-19: gênero e sexualidade*. Disponível em: <https://informasus.ufscar.br/mae-solo/>. Acesso em: 5 maio 2026. [Adaptado].

QUESTÃO 09

Considerando os fatores de textualidade, a análise do uso dos termos "mãe solteira" e "mãe solo" no texto indica que

- (A) a informatividade é reduzida, posto que o adjetivo "solo" é semanticamente mais vago do que a especificação jurídica do adjetivo "solteira".
- (B) a situacionalidade é anulada, pois a referência aos termos independe do contexto histórico e contemporâneo das lutas por reconhecimento de direitos femininos.
- (C) a intencionalidade reestrutura a coerência pragmática do termo "solo", desviando o foco da chancela conjugal para a centralidade da sobrecarga feminina.
- (D) a intertextualidade é priorizada por meio de discursos conservadores, que mantêm a estrutura de julgamento moral pelo uso de um novo eufemismo linguístico.

QUESTÃO 10

No gênero enciclopédico, a linguagem figurativa é um recurso expressivo muito pontual e seu uso visa sempre à intencionalidade discursiva. No fragmento textual, a expressão "deslocamentos nos sentidos" é um(a)

- (A) hipérbole.
- (B) circunlóquio.
- (C) eufemismo corporativo.
- (D) metáfora conceitual.

QUESTÃO 11

Em defesa de uma tese apresentada no fragmento, o último parágrafo do texto funciona como um

- (A) argumento de causa e consequência.
- (B) argumento por comparação.
- (C) argumento de evidência.
- (D) argumento histórico.

QUESTÃO 12

No segundo parágrafo do fragmento textual, os dois-pontos são usados para introduzir um trecho contendo uma

- (A) síntese ou sumário.
- (B) enumeração de termos.
- (C) explicação ou elucidação.
- (D) citação de discurso direto.

Leia o **Texto 4** para responder às questões de **13 a 15**.

Texto 4



Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=1009293284676784&set=a.536006832005434>. Acesso em: 10 maio 2026.

QUESTÃO 13

O efeito de sentido na charge é construído pela relação entre a fala das crianças e a situação em que se encontram e se baseia em uma

- (A) ambiguidade, porque o uso do pronome indefinido "nada" sugere que a mãe não possui um emprego fixo, de modo que falta tudo na casa da família.
- (B) confirmação, pois o pronome indefinido "nada" indica que todos os desejos infantis foram supridos, portanto, as crianças estão satisfeitas.
- (C) generalização, posto que o pronome indefinido "nada" é usado para listar a totalidade de problemas financeiros enfrentados pela mãe e seus filhos.
- (D) contradição, já que o pronome indefinido "nada" refere-se a bens materiais, mas, para o filho, falta-lhe o essencial, a presença materna.

QUESTÃO 14

O uso das reticências, na fala do menino, contribui para a construção de sentido da charge, pois

- (A) induz o leitor a imaginar o desenrolar do discurso iniciado pela menina.
- (B) omite parte do discurso do menino que o cartunista julgou irrelevante.
- (C) sinaliza a necessidade de interromper o discurso da menina.
- (D) salienta embaraço em expressar seus sentimentos para a menina.

QUESTÃO 15

Em “...mas falta ela!”, o termo oracional “ela” está funcionando como

- (A) objeto indireto.
- (B) objeto direto.
- (C) vocativo.
- (D) sujeito.

REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO ESTADO DE GOIÁS E DO MUNICÍPIO DE MINAÇU
Questões de 16 a 20

QUESTÃO 16

Leia o texto a seguir.

Com a colonização, iniciada simbolicamente a partir de 1722, os portugueses realizaram um esforço diligente e sistemático de *implantar* em Goiás as mesmas diretrizes institucionais e ideológicas existentes em Portugal, trazendo a Europa para os sertões. A premissa era que os arraiais e vilas se assemelhassem aos seus congêneres lusitanos, incluindo toda a *simbologia do poder real*.

ARRAIS, Cristiano; OLIVEIRA, Eliezer. *O século XIX em Goiás: a formação da região*. Goiânia: Cânone Editorial, 2025, p. 9.

Um exemplo da “simbologia do poder real” presente em Portugal que também fez parte do processo de formação histórica e territorial dos arraiais e vilas de Goiás é

- (A) o cabildo.
- (B) o pelourinho.
- (C) o ayuntamiento.
- (D) o forte comercial.

QUESTÃO 17

Leia o texto a seguir.

Além da preocupação ambiental, a aposta na dependência da mineração corre o risco de repetir padrões do passado, quando a produção de amianto, mesmo no auge, não reduziu a pobreza em Minaçu nem levou a investimentos na diversificação da economia local. A cidade se firmou apenas como um local de extração.

Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/externo/2025/07/01/cidade-goiana-passado-futuro-mineracao>. Acesso em: 21 mai. 2026.

Um dos motivos que explica o paradoxo entre a geração de riqueza ocasionada pela mineração e a persistência da pobreza é

- (A) a predominância de atividades econômicas de subsistência no setor mineral.
- (B) a oscilação de preços das commodities no mercado internacional.
- (C) a ausência de recursos minerais suficientes para exportação.
- (D) a concentração dos lucros em grandes empresas.

QUESTÃO 18

Leia o texto a seguir.

Os administradores Couto de Magalhães e Aristides de Souza Spínola ficaram impressionados com o número de moléstias reinantes na Cidade de Goiás na segunda metade do século XIX. (...) Na opinião de Magalhães, nenhum indivíduo sadio poderia ser encontrado na capital da Província.

MAGALHÃES, Sônia Maria de. *Males do Sertão: alimentação, saúde e doenças em Goiás no século XIX*. 2ª edição. São Paulo: Intermeios, 2024, p. 22.

O estudo histórico sobre a saúde em Goiás evidencia que

- (A) as condições alimentares precárias estavam relacionadas ao aumento da vulnerabilidade a doenças.
- (B) as condições sanitárias da província eram equivalentes às dos principais centros urbanos europeus da época.
- (C) a modernização econômica do século XIX foi responsável pela erradicação das patologias tropicais.
- (D) o isolamento geográfico do sertão era uma característica positiva para a saúde pública.

QUESTÃO 19

O município de Minaçu está inserido em qual mesorregião do estado de Goiás?

- (A) Noroeste Goiano.
- (B) Centro Goiano.
- (C) Norte Goiano.
- (D) Leste Goiano.

QUESTÃO 20

Além dos impactos ambientais, a construção da Usina Hidrelétrica de Cana Brava afetou populações dos municípios de Minaçu, Cavalcante e Colinas do Sul e teve como efeito

- (A) o deslocamento compulsório de centenas de famílias.
- (B) a diminuição da desigualdade social na região.
- (C) a ampliação da produção agrícola na região.
- (D) o reassentamento consensual e pacífico dos povos originais.

RASCUNHO**RASCUNHO**

PROCURADOR**Questões de 21 a 50****QUESTÃO 21**

A Secretaria Municipal de Assistência Social pretende firmar parceria com entidade religiosa local para execução de projeto de acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade, com critérios públicos de acesso, prestação de contas e finalidade social definida. À luz da Constituição Federal, essa relação institucional é admitida quando houver

- (A) transferência direta de recursos para manutenção regular do culto religioso.
- (B) subvenção ordinária à entidade para custeio de suas atividades religiosas.
- (C) aliança administrativa permanente entre o Município e a entidade religiosa.
- (D) colaboração de interesse público, formalizada na forma prevista em lei.

QUESTÃO 22

Uma empresa ajuizou ação anulatória contra lançamento de Imposto Sobre Serviço (ISS) e pretende suspender a exigibilidade do crédito tributário durante a tramitação judicial. Para esse efeito, nos termos do Código Tributário Nacional, a medida processual cabível é

- (A) o oferecimento de caução real em valor estimado.
- (B) o depósito judicial do montante integral do crédito.
- (C) o ajuizamento da ação anulatória do lançamento.
- (D) o pedido administrativo de revisão cadastral.

QUESTÃO 23

O regime constitucional de precatórios disciplina o pagamento de quantia certa devida pela Fazenda Pública. Conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a execução provisória de obrigação de fazer contra a Fazenda Pública caracteriza-se por

- (A) dependência de precatório expedido após o trânsito em julgado.
- (B) submissão à ordem cronológica própria dos precatórios.
- (C) dispensa da incidência do regime constitucional de precatórios.
- (D) exigência da prévia inclusão orçamentária como dívida judicial.

QUESTÃO 24

A Lei Orgânica do Município de Minaçu disciplina o procedimento de sua própria alteração. A proposta de emenda será considerada aprovada quando, após discussão e votação em dois turnos, obtiver em ambos os turnos

- (A) maioria absoluta dos votos.
- (B) maioria simples dos votos.
- (C) dois terços dos votos.
- (D) três quintos dos votos.

QUESTÃO 25

Em ação ajuizada por segurado contra a Fazenda Pública para cobrança de diferenças previdenciárias de trato sucessivo, não houve negativa do próprio direito ao benefício, mas apenas ausência de pagamento de parcelas mensais. Nessa hipótese, a prescrição atinge

- (A) o fundo de direito ao benefício e todas as parcelas posteriores.
- (B) as parcelas vencidas antes do quinquênio anterior à ação.
- (C) as parcelas vencidas após a ciência da decisão administrativa.
- (D) o direito ao benefício e as diferenças ainda não reclamadas.

QUESTÃO 26

Após a instituição do regime de previdência complementar por ente federativo e o início de vigência do respectivo plano de benefícios, servidor titular de cargo efetivo ingressa no serviço público. Nessa situação, a limitação dos benefícios do regime próprio ao teto do regime geral possui o efeito de

- (A) afastar a filiação do servidor ao regime próprio de previdência social.
- (B) tornar automática a adesão do servidor ao plano complementar instituído.
- (C) manter o servidor no regime próprio, com benefício limitado ao teto.
- (D) assegurar benefício complementar definido pelo ente patrocinador.

QUESTÃO 27

A imunidade tributária e a isenção impedem a cobrança de tributos, mas possuem fundamentos jurídicos distintos. A imunidade atua no campo da competência tributária, enquanto a isenção atua no campo da

- (A) exclusão do crédito tributário, por lei do ente competente.
- (B) extinção do crédito tributário, por ato da autoridade fiscal.
- (C) suspensão da exigibilidade, por decisão administrativa.
- (D) remissão da dívida, por ajuste entre Fisco e contribuinte.

QUESTÃO 28

No curso de embargos à execução fiscal, o executado adere ao parcelamento do débito inscrito em dívida ativa. A adesão é aceita pela Fazenda Pública, mas o acordo ainda será cumprido em parcelas sucessivas. Nessa hipótese, o parcelamento produz como efeito processual

- (A) a extinção imediata da execução fiscal pela novação do crédito.
- (B) a conversão da dívida ativa em obrigação civil sem exigibilidade.
- (C) a substituição da certidão de dívida ativa por termo contratual.
- (D) a suspensão da execução fiscal até a quitação integral do débito.

QUESTÃO 29

Município ajuizou execução fiscal para cobrança de tributo de trato sucessivo. O contribuinte invoca sentença transitada em julgado que, em período anterior, afastou a cobrança da exação. Posteriormente, o Supremo Tribunal Federal decidiu, em repercussão geral, pela constitucionalidade da cobrança. Nessa hipótese, a decisão do STF provoca

- (A) a exigência da ação rescisória para permitir nova cobrança tributária.
- (B) a extinção dos créditos lançados antes da tese vinculante.
- (C) a manutenção da inexigibilidade até a edição de lei superveniente.
- (D) a cessação dos efeitos futuros da coisa julgada tributária.

QUESTÃO 30

Em execução fiscal municipal, o contribuinte propõe, em audiência de mediação, encerrar o litígio mediante pagamento parcial imediato, desconto sobre multa e juros e parcelamento do saldo. Nessa hipótese, a autocomposição em matéria tributária pressupõe

- (A) ajuste processual livre, pois a mediação permite disposição ampla sobre o crédito inscrito.
- (B) autorização legal, pois as concessões tributárias dependem dos limites fixados em lei.
- (C) homologação judicial, pois a sentença supre a ausência de lei municipal autorizativa.
- (D) adesão do contribuinte, pois o parcelamento converte o crédito em obrigação civil.

QUESTÃO 31

Na execução fiscal ajuizada pelo Município, a Procuradoria instrui a petição inicial com Certidão de Dívida Ativa regularmente inscrita e requer a citação do executado. Após a citação, o devedor pretende apresentar embargos à execução antes de qualquer constrição ou garantia. Nos termos da Lei federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, a defesa por embargos pressupõe

- (A) citação válida, impugnação administrativa e decisão fiscal definitiva.
- (B) inscrição do crédito, despacho inicial e intimação da Fazenda Pública.
- (C) garantia da execução, por depósito, fiança, seguro-garantia ou penhora.
- (D) juntada da CDA, manifestação do executado e remessa ao contador.

QUESTÃO 32

Na execução fiscal ajuizada pelo Município, o executado alegou matéria de ordem pública demonstrável de plano, sem necessidade de dilação probatória. Antes de garantir o juízo, pretende provocar o exame judicial da nulidade da Certidão de Dívida Ativa. Nos termos da jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, a via processual cabível é

- (A) a exceção de pré-executividade, quando a prova for pré-constituída.
- (B) a impugnação ao cumprimento, quando houver penhora formalizada.
- (C) a ação anulatória autônoma, quando houver depósito integral.
- (D) a oposição de embargos, quando inexistir garantia da execução.

QUESTÃO 33

Nos 180 dias anteriores ao final do mandato, o Chefe do Poder Executivo municipal sanciona lei de reestruturação de carreira que aumenta despesa com pessoal e prevê parcelas remuneratórias a serem implementadas no exercício seguinte. À luz da Lei de Responsabilidade Fiscal, esse ato é

- (A) válido, desde que a proposta tenha sido apresentada antes do período vedado.
- (B) regular, se alcançar carreira permanente composta por servidores efetivos.
- (C) nulo de pleno direito, por incidir nas vedações legais de fim de mandato.
- (D) eficaz, quando acompanhado de estimativa de impacto orçamentário-financeiro.

QUESTÃO 34

O Código Tributário e de Rendas do Município de Minaçu prevê a hipótese de isenção do IPTU para chácaras e áreas produtivas. Para o enquadramento nessa hipótese, exige-se que o imóvel seja destinado à produção hortifrutigranjeira ou agropastoril e

- (A) esteja arrendado a produtor rural cadastrado no Município.
- (B) seja explorado pelo proprietário, com destinação comprovada por vistoria.
- (C) possua cadastro rural ativo e área superior ao módulo fiscal local.
- (D) tenha produção comercial integral destinada ao mercado municipal.

QUESTÃO 35

Determinado estabelecimento possui alvará definitivo para funcionar em imóvel particular. Após fiscalização, constatou-se que o local passou a ter destinação diversa daquela autorizada e que, mesmo intimado em processo regular, o contribuinte não corrigiu violações relacionadas à saúde, higiene e segurança. Conforme o Código Tributário e de Rendas do Município de Minaçu, a providência cabível é

- (A) suspender o alvará por até dez dias, mediante ato direto da fiscalização.
- (B) cancelar o alvará, por decisão imediata do Secretário de Finanças.
- (C) interditar o imóvel definitivamente, sem prejuízo de multa fiscal.
- (D) representar à Procuradoria Geral para adoção das medidas legais.

QUESTÃO 36

Pessoa jurídica possui crédito a receber do Município de Minaçu, mas também mantém débito inscrito perante a Fazenda Pública Municipal. Antes do pagamento, informa que apresentou recurso administrativo ainda não decidido contra a cobrança. Nessa situação, como se aplica a proibição de transacionar com a Administração?

- (A) Não se aplica, enquanto pendente recurso administrativo não decidido.
- (B) Impede o recebimento de créditos até a quitação integral do débito.
- (C) Alcança apenas a participação em licitações e contratos administrativos.
- (D) Depende de prévia execução fiscal ajuizada e citação válida do devedor.

QUESTÃO 37

Em ação ajuizada contra o Município para cobrança de dívida civil, o credor sustenta que o prazo prescricional aplicável seria o previsto no Código Civil para relações entre particulares. Considerando as regras específicas aplicáveis à Fazenda Pública, a pretensão de cobrança contra o ente municipal sujeita-se, como regra, ao prazo

- (A) trienal, por se tratar de pretensão de reparação civil.
- (B) quinquenal, por envolver cobrança contra a Fazenda Pública.
- (C) decenal, por decorrer de obrigação pessoal sem prazo menor.
- (D) anual, por se tratar de relação patrimonial com ente público.

QUESTÃO 38

Durante serviço municipal de coleta de resíduos, motorista contratado por empresa privada concessionária colide com veículo de terceiro, causando dano material. Comprovados o dano e o nexo causal com a atuação do agente na prestação do serviço público, a responsabilidade perante o particular é

- (A) objetiva da prestadora, assegurado regresso em caso de dolo ou culpa do agente.
- (B) subjetiva da prestadora, condicionada à prova de culpa direta do agente público.
- (C) subsidiária do Município, dependente da prévia insolvência do agente causador.
- (D) pessoal do motorista, afastada a responsabilidade da prestadora do serviço.

QUESTÃO 39

A Administração Municipal pretende permitir que uma empresa instale quiosque em parcela delimitada de praça pública, com exploração exclusiva do espaço e condições fixadas em ato formal. Essa forma de utilização de bem público caracteriza

- (A) uso comum extraordinário, franqueado a todos em igualdade de condições.
- (B) uso dominical ordinário, exercido sem título administrativo individual.
- (C) uso privativo, outorgado por título jurídico individual ao interessado.
- (D) uso coletivo especial, adquirido pela ocupação continuada do bem.

QUESTÃO 40

O Município pretende aplicar instrumentos de política urbana a imóvel urbano não edificado, situado em área incluída no plano diretor como prioritária para adensamento e dotada de infraestrutura pública. O proprietário mantém o imóvel sem aproveitamento compatível com as diretrizes urbanísticas locais. Nesse caso, a exigência constitucional que legitima a atuação municipal decorre da necessidade de

- (A) compatibilizar o domínio privado com a matrícula regular do imóvel.
- (B) vincular a propriedade urbana ao pagamento regular do IPTU.
- (C) preservar o uso econômico definido pelo proprietário do imóvel.
- (D) submeter a propriedade urbana às diretrizes do plano diretor.

RASCUNHO**QUESTÃO 41**

Em cumprimento de sentença movido contra a Fazenda Pública, o exequente apresentou pedido de pagamento de quantia certa, acompanhado de memória de cálculo atualizada, indicando correção monetária, juros aplicados e descontos legais incidentes sobre o valor executado. Nos termos do Código de Processo Civil de 2015, o demonstrativo apresentado pelo exequente deverá conter

- (A) o índice de correção monetária adotado, os juros aplicados e a especificação dos eventuais descontos obrigatórios realizados.
- (B) o valor principal atualizado do débito, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas e o percentual correspondente aos honorários advocatícios.
- (C) os índices de atualização monetária definidos pelo tribunal competente para expedição do precatório, em único documento, independentemente do número de exequentes.
- (D) o cálculo do débito acrescido da multa prevista para o cumprimento voluntário de sentença e a indicação dos bens passíveis de penhora.

QUESTÃO 42

Leia o caso a seguir.

Durante procedimento de fiscalização tributária, foi constatado que o administrador de determinada empresa determinou a omissão de operações de circulação de mercadorias da escrituração fiscal regular. Para tanto, orientou o contador a manter registros paralelos das operações não declaradas, que praticou o ato mesmo sabendo de sua ilegalidade. Um funcionário do setor operacional apenas armazenava documentos em local separado, sem conhecimento da finalidade da conduta.

Nesse contexto, de acordo com a Lei nº 8.137/1990, responderá(ão) penalmente

- (A) o funcionário operacional, na condição de partícipe, independentemente do conhecimento acerca da fraude tributária.
- (B) o administrador, na modalidade culposa, pois os crimes contra a ordem tributária exigem obtenção direta de vantagem econômica.
- (C) o contador, na modalidade culposa, em razão de possuir domínio técnico sobre a escrituração contábil da empresa.
- (D) o administrador e o contador, desde que demonstrado o dolo na prática da supressão tributária.

QUESTÃO 43

O Código Penal prevê crime funcional praticado por servidor público que se apropria de dinheiro, valor ou outro bem móvel, público ou particular, cuja posse decorra do exercício do cargo. Essa conduta corresponde ao crime de

- (A) furto qualificado.
- (B) peculato.
- (C) concussão.
- (D) prevaricação.

QUESTÃO 44

Os crimes materiais contra a ordem tributária previstos no art. 1º, incisos I a IV, da Lei nº 8.137/1990 dependem da constituição definitiva do crédito tributário para sua tipificação penal. Esse entendimento foi consolidado pelo Supremo Tribunal Federal, segundo o qual

- (A) a ação penal por crime tributário depende de representação da autoridade fazendária após o encerramento da fiscalização.
- (B) o oferecimento da denúncia exige prévia inscrição do débito tributário em dívida ativa.
- (C) o crime material contra a ordem tributária não é tipificado antes do lançamento definitivo do tributo.
- (D) a constituição definitiva do crédito tributário constitui requisito apenas para aplicação da pena privativa de liberdade.

QUESTÃO 45

Leia o caso a seguir.

Um servidor público municipal de Minaçu, nomeado para cargo de provimento efetivo, encontrava-se em estágio probatório quando passou a apresentar problemas recorrentes de assiduidade e disciplina. Após avaliações periódicas realizadas por comissão designada pela Administração, foi instaurado procedimento administrativo para apuração das irregularidades, assegurando-se ao servidor prazo para apresentação de defesa.

Nos termos da Lei Municipal nº 1.897/2008, o estágio probatório

- (A) condiciona a aquisição da estabilidade à verificação de requisitos necessários à sua confirmação no cargo para o qual foi nomeado pelo período de três anos.
- (B) impede a instauração de processo de exoneração antes do término do período de três anos de exercício, exceto mediante decisão judicial em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- (C) autoriza o servidor a exercer qualquer função pública durante o período probatório, mediante designação da chefia imediata, exceto cargo de provimento em comissão.
- (D) impõe avaliações semestrais efetuadas pela comissão permanente, mediante apuração pública divulgada após ser oposta em Ficha Individual de Acompanhamento e Desempenho.

QUESTÃO 46

Leia o caso a seguir.

Em uma secretaria municipal, o secretário da pasta redistribuiu atribuições entre departamentos, delegou a um diretor a competência para assinatura de atos administrativos internos, revisou decisão praticada por servidor subordinado e determinou nova rotina de atendimento ao público, acompanhando posteriormente o cumprimento das medidas estabelecidas.

As providências adotadas pelo secretário representam manifestações do poder

- (A) disciplinar.
- (B) regulamentar.
- (C) hierárquico.
- (D) policial.

QUESTÃO 47

Leia o caso a seguir.

Determinada empresa pública responsável pela prestação de serviço público essencial teve bloqueados judicialmente veículos e equipamentos utilizados diretamente na execução do serviço prestado à coletividade. A controvérsia instaurada envolveu a possibilidade de aplicação do regime jurídico de proteção conferido a determinados bens vinculados à atividade pública.

Nessa situação, o entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal reconhece a impenhorabilidade dos bens

- (A) pertencentes a qualquer empresa estatal, em razão da natureza pública do capital social.
- (B) vinculados à prestação de serviço público essencial executado em regime não concorrencial.
- (C) classificados como dominicais, desde que utilizados para obtenção de receita patrimonial.
- (D) desafetados de finalidade pública mediante ato administrativo interno da entidade estatal.

QUESTÃO 48

A Constituição Federal prevê hipóteses excepcionais de acumulação remunerada de cargos públicos, condicionadas à compatibilidade de horários e à observância do teto constitucional. Entre as situações admitidas pelo texto constitucional, encontra-se a acumulação de

- (A) dois cargos técnicos ou científicos com profissões regulamentadas.
- (B) um cargo de professor com outro de qualquer natureza.
- (C) dois cargos privativos de profissionais da segurança pública com profissões regulamentadas.
- (D) um cargo de profissional da saúde com outro cargo técnico ou científico.

QUESTÃO 49

Leia o caso a seguir.

Em determinado Estado, o Tribunal de Justiça fixou, em Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), tese jurídica relativa ao fornecimento de medicamento pelo poder público. Posteriormente, um magistrado proferiu decisão em sentido contrário à tese firmada pelo tribunal em processo individual envolvendo a mesma questão de direito.

Diante dessa situação, o sistema de precedentes vinculantes previsto no Código de Processo Civil de 2015 autoriza que

- (A) a divergência seja mantida, em razão da independência funcional do magistrado.
- (B) o precedente firmado no IRDR produza apenas efeito persuasivo nos processos individuais.
- (C) o Ministério Público atue para assegurar a observância da tese jurídica firmada no incidente.
- (D) a decisão judicial prevaleça até eventual revisão da tese pelo Superior Tribunal de Justiça.

QUESTÃO 50

Na execução fundada em título extrajudicial promovida contra a Fazenda Pública, o ente público foi regularmente citado para apresentar defesa. Nos termos do Código de Processo Civil de 2015, a Fazenda Pública será citada para opor embargos no prazo de

- (A) 15 dias.
- (B) 20 dias.
- (C) 30 dias.
- (D) 60 dias.

PROVA DISCURSIVA

Questão 01

Leia o caso a seguir.

Determinado Município recebeu apontamento do Tribunal de Contas dos Municípios competente indicando irregularidades na contratação de serviços continuados, ausência de justificativa suficiente para prorrogação contratual e possível dano ao erário. O órgão de controle fixou prazo para apresentação de informações e documentos, recomendando a adoção de providências administrativas para apuração dos fatos. A Secretaria responsável sustenta que o Tribunal de Contas não poderia interferir na gestão municipal, pois o contrato foi celebrado no exercício da autonomia administrativa do Município.

Na condição de Procurador Municipal, elabore um Parecer Jurídico que contenha a análise a respeito do alcance do controle externo exercido pelos Tribunais de Contas, a relação desse controle com a autonomia municipal e as providências jurídicas e administrativas cabíveis diante do apontamento realizado.

(100 pontos)

FOLHA RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60

61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90